

-----A C T A-----

-----Acta da Reunião ordinária de 02 de Novembro de 2005-----

-----Primeira Reunião do Mandato - Artº 61º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro-----

-----Aos dois dias do mês de Novembro do ano de dois mil e cinco nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos e José Carlos Silva.-----

-----Sendo dezoito horas assumiu a presidência o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----NOMEAÇÃO DE VICE-PRESIDENTE - O Sr. Presidente submeteu à apreciação a sua proposta de nomeação como Vice-Presidente da Câmara o Sr. Vereador Francisco Manuel Maurício do Rosário, para o que detém competência própria, nos termos do número três do Artigo cinquenta e sete da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de 11 de Janeiro, pelo que o acto de nomeação se considera perfeito e eficaz.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha disse que não se pronuncia sobre a nomeação por se tratar de uma competência própria do Presidente, porém, «os comentários que quero tecer sobre esta matéria, não se referem à pessoa designada (não conheço) mas sim ao acto de designação. Registo esta designação como positiva, não só por ela vir ao encontro do que está estipulado na Lei, mas também porque acredito sinceramente que a existência de um Vice-Presidente ajuda a clarificar responsabilidades, o que

contribui para um melhor funcionamento dos serviços e do desempenho da Câmara Municipal. Apraz-me ainda verificar que a minha insistência sobre esta matéria nos passados quatro anos resultou».

-----DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - O Sr. Presidente apresentou a sua proposta com vista à delegação das competências da Câmara Municipal previstas no Artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, devidamente alterada, no próprio Presidente, nos termos exactos em que a mesma é prevista no número um do Artigo sessenta e cinco da mesma lei.

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou se o executivo pode votar a delegação de competências, uma a uma.

-----O Sr. Presidente respondeu que a sua proposta se refere a todo o conjunto das competências e, por isso, deve ser votada globalmente.

-----Posto o assunto à votação, foi a Delegação de Competências no Sr. Presidente aprovada por maioria, com o voto contra da Sr^a Vereadora Manuela Cunha e a abstenção do Sr. Vereador Pisco dos Santos.

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha fez a seguinte declaração de voto: «Tendo proposto que a votação decorresse competência a competência e tendo sido recusado, voto contra e faço voto de vencido pelas seguintes razões: 1 - Bem que considere a delegação de *algumas* competências algo de positivo e até fundamental para um funcionamento célere e eficiente da Câmara Municipal e dos seus serviços, considero também que o leque de competências delegáveis é demasiado abrangente e esvazia em excesso a deliberação do órgão colegial que é o Executivo Camarário. Este esvaziamento não contribui para o debate e a transparência em matérias de grande sensibilidade para a vida do município; 2 - A experiência do anterior mandato levou-me a verificar que só uma parte do Artigo sessenta e cinco, referente à delegação de competências era cumprido. O ponto três desse artigo, que obriga a que este órgão deva ser informado logo na

reunião a seguir, dos custos e proveitos financeiros da prática de um acto de delegação, nunca foi cumprido. Por exemplo, ainda hoje desconheço os custos das obras do recanto da Praça Lourenço de Carvalho. Nada me leva a supor que esta prática venha agora a mudar, por isso o meu voto contra».

-----DISTRIBUIÇÃO DE PELOUROS - O Sr. Presidente apresentou a sua proposta de Distribuição de Pelouros e consequente delegação nos membros do executivo a quem esses pelouros são atribuídos, das competências necessárias para a prossecução de actos de administração eficazes, nos termos do número dois do Artigo sessenta e nove da mencionada Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei cinco - A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, como segue:---

-----Nos termos do ponto dois do artigo sessenta e cinco da lei cinco - A de dois mil e dois informo da distribuição de pelouros e consequente delegação de competências prevista naquela disposição legal:-----

-----José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes - Presidente, Representação Municipal, Gestão Financeira, Obras Municipais, Obras Particulares.-----

-----Francisco Maurício do Rosário - Vice-Presidente, Substituição do Presidente nas suas faltas e impedimentos, Desporto, Juventude e Tempos Livres, Cultura, Novas Tecnologias, Recursos Humanos.-----

-----Maria Joana Vidinha Baptista e Morais Silvestre, Educação, Acção Social, Saúde, Gestão do Autocarro.-----

-----José Carlos Silva, Higiene Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos, Protecção Civil, Parques e Zonas Verdes, Mercados e Feiras, Turismo.-----

-----O Sr. Vereador Pisco dos Santos perguntou quem assume os assuntos do ambiente e da representação da Câmara junto da Assembleia Municipal, ao que o Sr. Presidente respondeu que o ambiente se enquadra nas competências do Sr. Vereador José Carlos Silva e a representação municipal compete ao próprio Presidente.-----

-----REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL - O Sr. Presidente distribuiu por todos os membros do executivo o Regimento da Câmara Municipal de Almeirim em vigor.-----

-----REUNIÕES - O Sr. Presidente propôs, em cumprimento do Artigo sessenta e dois da lei das competências, que as reuniões ordinárias do executivo tenham periodicidade quinzenal contada a partir da primeira segunda-feira do mês, às quinze horas, sendo pública a primeira reunião do mês. Normalmente, as reuniões públicas terão lugar no Salão Nobre e as restantes na Sala de Reuniões anexa ao Gabinete da Presidência.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que a lei diz que as reuniões são semanais e podem ser quinzenais. Mas às vezes há cinco segundas-feiras no mês e pode haver três semanas sem reunião, o que origina uma sobrecarga de documentos para estudar, para uma agenda também sobrecarregada.-----

-----O Sr. Presidente disse compreender a situação e, neste mandato, deve ser possível fazer as reuniões quinzenalmente, embora uma sobrecarga eventual não se possa evitar. E, se as condições o exigirem, serão convocadas as reuniões extraordinárias que se mostrem necessárias. A primeira reunião ordinária do mandato terá lugar no próximo dia sete de Novembro.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse querer colocar duas questões de funcionamento: propõe novamente a gravação das actas, não há razão para as actas da Câmara não serem gravadas, quando há divergências vai-se à gravação e confere-se, é mais fácil, pelo que volta a fazer a proposta.-----

-----A lei estipula que sejam criadas aos Vereadores da oposição condições de trabalho; no passado mandato foi-lhe facultada uma sala, partilhada com o então Vereador do PSD. Este edifício foi construído com salas para todos os Vereadores e uma sala partilhada nem sempre dá jeito. Também não dispõe de computador e é necessário, pelo menos um computador com acesso à Internet. E solicitou ao Presidente que reflectisse sobre estas questões.-

-----O Sr. Presidente respondeu, quanto à gravação das reuniões, que no mandato anterior caímos no exagero de fazer actas enormes, que não correspondem ao conceito imposto na lei, de transcrever para as actas as questões essenciais. Ainda que fosse utilizado o gravador, a gravação não faz prova em juízo, nem é um contributo de fidedignidade. Dizer que é mais fácil não corresponde à verdade e as actas das sessões da Assembleia Municipal são prova disso. No tocante ao equipamento de trabalho, os Senhores Vereadores indicam o que acharem conveniente, que não há obstáculo nenhum na sua aquisição. Relativamente à repartição da sala com outro Vereador, no mandato anterior não foi posto qualquer obstáculo e, não sendo verdade que hajam salas para todos os Vereadores, se se verificar incompatibilidade na utilização conjunta, teremos de encontrar alternativas.-----

-----O Sr. Vereador Pisco dos Santos solicitou que lhe fossem disponibilizados o organigrama da Câmara e todas as posturas e regulamentos em vigor.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou quando é feita a visita de apresentação aos serviços da nova Vereação, o que foi respondido pelo Sr. Presidente.-----

-----O Sr. Vereador Pisco dos Santos comunicou que vai ser substituído legalmente na próxima reunião de Câmara e propôs o agendamento da reunião por mail, com os documentos em PDF.-----

-----Às dezoito horas e quarenta minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição desta Autarquia, elaborei a presente acta, que mandei lavrar e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.--

O Presidente da Câmara

A Chefe de Repartição
